

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE LEI Nº 5.086, de 2016

Altera a Lei n. 12.016, de 7 de agosto de 2009, que "Disciplina o mandado de segurança individual e coletivo e dá outras providências", para permitir a sustentação oral do pedido liminar na sessão de julgamento.

Autor: Deputado Carlos Manato

Relator: Deputado Delegado Edson Moreira

I - RELATÓRIO

O projeto de lei em tela busca alterar a Lei n. 12.016, de 7 de agosto de 2009, que "Disciplina o mandado de segurança individual e coletivo e dá outras providências", para permitir a sustentação oral do pedido liminar na sessão de julgamento.

Dispõe, então, para tanto, que, nos casos de competência originária dos tribunais, será assegurada a defesa oral tanto na sessão do julgamento do mérito quanto na da apreciação do pedido liminar.

Trata-se de proposição sujeita à apreciação conclusiva pelas comissões, cabendo a esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania o exame do mérito e art. 54, RICD.

No prazo regimental, não foram apresentadas emendas ao projeto.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Inexiste qualquer objeção quanto aos pressupostos de constitucionalidade do projeto, que não apresenta qualquer vício em relação à Constituição Federal.

Foram obedecidos os requisitos de constitucionalidade formal e material, bem como a iniciativa legislativa.

Encontra-se também de acordo com o sistema vigente, sendo de se reconhecer sua juridicidade.

A técnica legislativa está adequada aos ditames da Lei nº 95, de 1998.

No tocante ao mérito, também, é nossa opinião que a matéria merece aprovação.

É salutar para o nosso ordenamento jurídico que seja assegurado ao advogado o direito a apresentar sustentação oral quando do julgamento do pedido liminar na sessão de julgamento em órgão colegiado.

Podemos utilizar como exemplo paradigmático a apreciação de alguns pedidos de medida liminar no âmbito do Supremo Tribunal Federal, quando o Ministro Relator, devido à relevância da matéria, submete ao Pleno a apreciação de pedido liminar, situação na qual deve, sim, ser garantido o direito a defesa oral.

A presente proposição, então, busca apenas um aperfeiçoamento da redação atual do *caput* do art. 16 da Lei n. 12.016, de 7 de agosto de 2009, acrescentando que fica assegurada a defesa oral tanto na sessão do julgamento do mérito, quanto na sessão da apreciação do pedido liminar.

Assim, pelo exposto, apresentamos o voto pela constitucionalidade, juridicidade, boa técnica legislativa deste PL nº 5.086, de 2016, e, no mérito, pela sua aprovação.

Sala da Comissão, em de de 2016.

Deputado DELEGADO EDSON MOREIRA
Relator